

História

Mudança social por meio da luta e da prática

História de: [Augusto Silveira de Carvalho](#)

Autor: [Ana Paula](#)

Publicado em: 16/12/2021

Sinopse

Nesta entrevista, Augusto Silveira relata sua trajetória. Nascido em Patos de Minas, durante a juventude se mudou para Brasília e se envolveu com causas importantes, auxiliando nos movimentos sociais.

Tags

- [redemocratização](#)
- [repressão](#)
- [ditadura](#)
- [mudança](#)
- [Brasília](#)
- [democracia](#)
- [luta por direitos](#)
- [Patos de Minas](#)
- [movimentos sociais](#)
- [população](#)
- [direitos iguais](#)
- [revolução](#)
- [movimento democrático](#)
- [confronto](#)

História completa

Projeto Memória Compartilhada – A luta pela autonomia política do DF Realização Instituto Museu da Pessoa Entrevista de Augusto Silveira de Carvalho Entrevistado por Luís Egito e Lênir Justo Brasília, 12 de maio de 2009 Código: MDF HV_027 Transcrito por Paula Leal Revisado por Isadora Oliveira Gondim P/1 – Bom dia Augusto, muito obrigado por ter aceito nosso convite. Eu queria que para início de conversa você dissesse seu nome completo, local e a data do seu nascimento. R – Augusto Silveira de Carvalho. Nascido em Patos de Minas em 27 de Julho de 1953. P/1 – Qual a sua atividade atual? R – Sou Deputado Federal e exercendo o cargo de Secretário de Saúde do Governo do Distrito Federal. P/1 – De que partido? R – Partido Popular Socialista. P/1 – Ok. O nome dos seus pais, por favor? R – José Pereira de Carvalho e Aidê da Silveira Carvalho. P/1 – Você, qual a primeira vez que você ouviu falar em Brasília, o nome Brasília, qual foi a primeira vez que surgiu na sua vida? R – Terminei o segundo ano científico, como chamávamos o curso médio em Patos de Minas, e saí à busca de emprego, trabalho, quando completei 18 anos e estudo. Foi assim que me inscrevi para o concurso do Banco do Brasil em 1971, passei no concurso e em janeiro de 1972 tomei posse no Banco do Brasil. P/1 – Onde? R – Em Brasília. P/1 – Ah, você escolheu Brasília? R – Não, eu, como fui bem classificado o concurso era para preencher vagas em diversos estados e a escolha minha foi Brasília. P/1 – E por quê? R – Em busca de trabalho e melhores perspectivas de estudo. Assim, em janeiro de 1973 passei no vestibular para sociologia na UNB [Universidade de Brasília]. P/1 – E como é que era essa cidade quando você chegou aqui? Como que era essa Brasília dos seus primeiros anos? R – Em 1971, eu não pude tomar posse, por exemplo, porque não tinha carteira de identidade, não tinha impressão digital nítida. Sem identidade, sem um documento então exigido na época da ditadura, eu fui punido, não podendo tomar posse no banco por vários meses em que fiquei, enfim, perambulando em Brasília, até que em janeiro de 1972 saí a identidade. No dedo fiz um tratamento com... acho que era com glicerina. Tirei a carteira de identidade e pude tomar posse no Banco do Brasil. Então Brasília era uma cidade...para mim que sai do interior, caipira, de uma família bastante humilde, nunca tinha entrado no elevador, não sabia o que era telefone, para mim era o desconhecido, a cidade grande e uma cidade muito pesada. Eu, logo cedo, comecei... enquanto aguardava a minha posse no Banco do Brasil, eu morei na casa de alguns, de uma prima, um casal, uma prima e o marido dela que estudavam na Universidade de Brasília. Já tinha primos que já estavam aqui em Brasília. E ali eu comecei. Na universidade eu ia almoçar no bandeirão porque não tinha como sobreviver e um pouco... comecei a conviver com as pessoas que já nessa época estavam na militância no movimento estudantil. Daí já tinha contato com membros do Partido Comunista Brasileiro ao qual, eu...aliás, nós não podíamos nos filiar, mas eu e mais dois companheiros nós assumimos a reorganização do partido comunista brasileiro, então clandestinidade absoluta em 1973. Entrei na

universidade formalmente em 1973 e ali, uma situação muito opressiva, como disse, nós começamos a militar no movimento estudantil para reconstruir as entidades, logo depois da universidade ter sido invadida em 1968, o movimento estudantil desbaratado que foi e o Partido Comunista tinha sofrido a última queda dos dirigentes, da seção estudantil e seção sindical muito recentemente. Em 1971 tivemos quedas, então a gente... em 1972 eu entrei no Banco do Brasil e a minha missão - eu me auto-determinei nessa missão -, eu era responsável pela frente sindical do Partido Comunista em Brasília. E assim, em 1974 eu tinha 20 anos, dois anos no Banco do Brasil. A exigência na época era que, para você participar de eleição no sindicato, você tinha de ter dois anos de profissão. Completei dois anos, a eleição imediatamente foi aberta, o edital, e assim, organizei a primeira chapa de oposição ao Sindicato dos Bancários de Brasília em 1974. E enquanto, naturalmente perdemos a eleição, claro. Tinha um sindicato muito esvaziado, tínhamos na época 150 filiados numa categoria que tinha mais de dez, oito mil, aproximadamente, trabalhadores. Aí começamos um trabalho de conscientização, de fortalecer o sindicato, trazer os bancários para dentro do sindicato, eu era funcionário do Banco do Brasil. O Sindicato era absolutamente refratário aos nossos colegas do Banco do Brasil porque o sindicato não tinha uma vida palpável para eles, não tinha acordo coletivo que tivesse participação das pessoas. Ao mesmo tempo então que a gente lutava para reconstituir o movimento estudantil na universidade, eu era representante da sociologia. Na época os DCEs [Diretório Central dos Estudantes] e Diretórios Acadêmicos foram banidos, então nós tínhamos a velha polêmica: as alas mais radicais do movimento estudantil diziam que a gente não deveria participar das entidades que eram tuteladas, pelo...no caso sindicato dos trabalhadores que eram tutelados pelo Ministério do Trabalho e, no caso do Movimento Estudantil, as entidades que eram atreladas à reitoria na época. Nós comunistas sempre defendemos a participação de amplas massas do povo nas instituições e a partir delas fazer a luta de combate à ditadura. Então já naquela ocasião eram muitas divergências, mas conseguimos unificar essas lutas e, nessa época já começava o movimento de conscientização, a luta pelo povo, a luta do povo pela liberdade, já começava a se fortalecer nas classes médias e, assim, eu me lembro das primeiras eleições que o MDB [Movimento Democrático Brasileiro] efetivamente passou a ser um estuário de oposição ao governo militar. E nós que não podíamos votar em Brasília? Desde quando foi criada, o cidadão brasileiro, os que vieram para cá como eu não tínhamos o direito de votar. O que fazíamos? A orientação do Partido Comunista era que todos os militantes, todos os simpatizantes, enfim, que a juventude principalmente fossem para as suas cidades e procurassem nas eleições para deputado, para prefeito, enfim, apoiar os candidatos que tinham uma relação com o nosso partido. E assim que toda eleição...1974 lembra a grande vitória que o PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], na época MDB, teve sobre o PDS [Partido Democrático Social], grandes vitórias em Minas Gerais, enfim, uma grande, o início da exaustão da ditadura era Governo Geisel, em 1974 Geisel. Então a nossa luta era que o MDB tinha que ser fortalecido como foco de resistência, como instrumento da oposição do povo brasileiro e como não tínhamos eleição em Brasília fomos em toda eleição à Patos de Minas, minha cidade e ali fazíamos a campanha dos nossos candidatos apoiados pelo partido, simpatizantes do nosso partido. P/1 – Eu queria que você esclarecesse, por favor, quer dizer, na verdade havia uma dupla militância estudantil e sindical, quer dizer, num determinado momento de sua vida você cuidou de duas frentes diferenciadas, distintas, é isso? R – É verdade. O curso de sociologia que eu fazia era um curso muito, como se falava, visado. Depois da grande demissão em massa que houve dos professores que tinham uma posição política de esquerda, vamos dizer, e essas humanas, entre elas a sociologia, história, foram duramente reprimidas na Universidade de Brasília e na universidade brasileira como um todo. Então os nossos cursos eram bastante monitorados. Professores que tinham uma bibliografia, usavam uma bibliografia pasteurizada digamos, literatura de pensadores marxistas ou um pensamento mais crítico, eram, simplesmente não recomendados na universidade. Então o curso era realmente muito fraco, do ponto de vista da amplitude do debate que a sociologia ela enseja. Então a nossa militância no movimento estudantil... ao mesmo tempo que a gente fazia o curso normal, frequentava as aulas e tal, mas era também um momento de muita, intensa militância política, nos corredores da universidade, chamando as pessoas para participarem, os estudantes. Até que isso aí desembocou na famosa greve, quando a gente reconstruiu as representações estudantis e decidimos romper os grilhões com a reitoria. Uma vez que sentimos que estava fortalecida a reconstituição das entidades criamos então o DCE, Diretório Central dos Estudantes, já com a autonomia das entidades de cada departamento. Nesse momento o partido que já era eu e dois companheiros que nos auto-intitulamos comissão provisória de reorganização do PCB [Partido Comunista Brasileiro], até contrariando a orientação do comitê central que tinha em razão de 1974 quando morreu Manoel Fiel Filho, morreu Vladimir Herzog, enfim, centenas de companheiros caíram em São Paulo. No comitê central nós tivemos vários companheiros que foram torturados e desaparecidos, então 1974 foi um momento muito duro e a ordem nossa, a ordem que a gente se impôs foi de que eu procurasse cada vez mais me afastar do movimento estudantil, até porque a gente já tinha um núcleo de militantes e simpatizantes mais expressivo, de tal maneira que em 1977 tinha outra eleição no sindicato, viemos a perder também. A manobra da diretoria pelega, como chamávamos no sindicato, foi de tal ordem que o anúncio de divulgação da chapa, da inscrição das chapas nós não víamos, não foi publicado, foi publicado nos pequenos anúncios do jornal local e passou despercebido, quando a gente viu já estava o prazo esgotado. Passamos então a boicotar as eleições, já que não conseguimos nos inscrever, boicotamos o primeiro, boicotamos o segundo turno. Aí no terceiro valia qualquer número para eleição, enfim, então por medida de cautela eu fui, me concentrei no movimento sindical e outros companheiros tocaram o movimento estudantil. Chegamos em 1980... P/1 – Desculpe, eu queria apenas um detalhe mais conjuntural. Era uma militância, digamos, mais intensa num momento crítico e numa cidade de segurança nacional, quer dizer, com o centro do poder, com o SNI [Serviço Nacional de Informações] do lado. Que tipo de cuidados vocês tomavam, teriam que tomar, eram obrigados a tomar para manter esse nível de militância? R – Meu nome era Ricardo, meu nome de guerra e nem as nossas namoradas deviam saber da nossa vida, a nossa vida, enfim, clandestina. A gente morava, eu morava em república, várias repúblicas, e lembro das noites quando se anunciavam as patrulhas: “A polícia vai descer hoje.” Então era o corre-corre para esconder livro. Eu, quantas vezes eu escondi documento do partido embaixo da terra em casas de amigos em Taguatinga e, enfim, então era um tempo que a gente sabia que podia ser as nossas vidas, que poderiam ser cobradas. Vidas nossas e dos responsáveis, daqueles pelos quais nós éramos responsáveis como dirigentes clandestinos do Partido Comunista. Era um tempo em que, claro, o melhor da nossa juventude nós, digamos que dedicamos à essa causa. Então tempo para namorar, tempo para passear, tempo mesmo para estudar foi muito, muito, muito, vamos dizer, focado nessa luta, nessa obsessão nossa de darmos uma contribuição para resgatar a democracia no Brasil. P/1 – E dava essa sensação de conquistas, de vitórias parciais? Assim, tinha uma acumulação de pequenas vitórias parciais que sentia-se que estava no rumo certo? Quer dizer, havia essa sensação? R - Ah sim, sim, a cada manifestação de um bispo, a cada manifestação de um artista, a cada manifestação de um deputado ou senador que tinha uma posição mais conservadora. Claro que vinha também os momentos de, vamos dizer, como a gente falava os refluxos desses avanços. Aí veio o senador biônico quando a ditadura perdeu força no senado, veio o pacote de abril, nem me lembro mais a data. P/1 – 1977. R – 1977. Enfim, a cada avanço que o movimento de massas, o movimento democrático pela redemocratização do Brasil conseguia, alcançava, havia, vamos dizer, o refluxo, havia a medida de contenção por parte do governo militar que ia se exaurindo, a crise econômica, enfim, a crise do petróleo que veio depois de 1974, a crise da dívida externa brasileira. Então o modelo econômico também foi se exaurindo, foi erodindo as suas bases e aquilo ensejava cada vez mais

também adesão de outros segmentos do empresariado nacional e a censura por outro lado vinha cada vez mais intensa, não apenas nos jornais, nos diários, como também... sem falar na televisão, na música, literatura. Enfim, a gente percebia, muitas vezes, em cada jornal, o Pasquim ou o Opinião, que iam surgindo os jornais que saíam do padrão da censura prévia. Então era uma sensação também de avançar. P/1 – E como foi o processo de conquista do sindicato finalmente? R – Chegamos em 1980, aí tínhamos já um grande número de filiados ao sindicato que se conscientizaram de que era importante entrar, resgatar aquela entidade para o movimento dos trabalhadores. E em 1980 tivemos uma vitória então com 77% dos votos e aí me tornei presidente do sindicato dos bancários. Aí imediatamente começamos uma frente sindical, a palavra central de trabalhadores, central única que veio lá na frente, isso eram termos absolutamente proibidos, mas criamos a frente sindical de Brasília que congregava, aí já era sindicato dos bancários, sindicato dos jornalistas que primeiro foi conquistado pela oposição. E não tem como esquecer Castelo Branco, Castelinho, foi o primeiro presidente do sindicato dos jornalistas nessa época, nessa fase, de transição, e outras entidades que foram gradativamente sendo conquistadas pelo movimento democrático de esquerda, com papel fundamental o Partido Comunista Brasileiro, PCdoB [Partido Comunista do Brasil]... o PT [Partido dos Trabalhadores] não existia nessa ocasião, mas alguns militantes que tinha uma vertente mais, vamos dizer, ligado ao pensamento trotskista. P/1 – Certo. Fora a luta por democracia, pelo fim da ditadura e tudo mais, existia nessa frente, nessa composição que já se articulava, algum sentimento no sentido de conquista de representação política de Brasília, uma possível autonomia? Como é que isso se manifestava? R – Esse sentimento, vamos dizer de, amputação ou emasculação da cidadania em que você não podia usar o seu direito de escolher seus governantes, então ditador entrava, ditador saía e mudava o responsável, o coronel ou aquele, o responsável por Brasília. E os problemas de Brasília também iam sendo criados, claro que contidos à ferro e fogo, com muita repressão, mas quanto mais os partidos se fortaleciam, a luta pela legalização, pela anistia, enfim, as bandeiras de ordem democrática, anistia, a assembléia nacional constituinte. Então isso desde os tempos mais duros do Partido Comunista sempre levantou essa tese que apenas o movimento amplo de massas, que não bastava apenas a esquerda estar com o movimento, por exemplo, de guerrilha, de luta armada... era um grande debate que ocorria na esquerda nesse tempo, a guerrilha do Xambioá que foi a maior expressão disso em 1974 e que outros grupos depois que aderiram ou que participavam de movimentos dessa natureza e nós até éramos muito combatidos porque a gente dizia que não adiantavam poucos e bons, nós tínhamos de ter milhões de brasileiros incorporados nesse movimento de reconquista da liberdade. P/1 – A política das alianças, né? R- E a nossa política das alianças que passava inclusive pela conquista, dos conservadores, das pessoas, dos parlamentares e das lideranças políticas locais, que mesmo tendo posição até dentro do PDS que pudesse topicamente ter algum tipo de apoio para que avançasse esse movimento. E assim, foi quando no colégio eleitoral, quando perdemos a eleição, aí era o grande movimento pelas diretas, e não tinha... é claro que a partir do momento que você falava que queria eleger o Presidente da República nós em Brasília queríamos também eleger o governador de Brasília e, na sequência, os representantes do povo de Brasília no parlamento. E nessa época quanto mais o MDB, aí que foi banido... o MDB passou a ser PMDB, quanto mais o PMDB se fortalecia em cada processo eleitoral, também o MDB aqui do Distrito Federal, que agregava todos nós, comunistas e simpatizantes, e enfim, militantes de esquerda estávamos abrigados no MDB, e depois PMDB. E foi assim que foi criado o Comitê pelo voto aqui do Distrito Federal. Nós tínhamos o nosso companheiro Carlos Alberto que nos representava nessa instituição que agregava o pensamento democrático aqui do Distrito Federal. P/1 – Esse Comitê, desculpa, ele focava mais a representação para fins da assembleia constituinte ou já pensava numa autonomia política tal qual foi ocorrer mais adiante? R – Não, o Comitê pelo voto... claro que tinha a luta geral do povo brasileiro e o povo de Brasília que era a luta pela anistia que veio em 1979, a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte que era a bandeira desde quando houve o golpe no Brasil. Nós fomos a primeira força a dizer que só pela Assembléia Nacional Constituinte para dar um novo arcabouço político e _____ já uma nova democracia no Brasil, nós seríamos a ruptura com esse ciclo militar e ditatorial. E para a Assembléia Nacional Constituinte claro que era _____ de que Brasília deveria ter também a sua representação. Então diria que a luta pela redemocratização do país passou a ficar palpável para o povo de Brasília, que não tinha como pedir ou lutar pela representação do povo de Brasília também como o povo brasileiro para o direito de votar. E aí a campanha pelas Diretas que empolgou a nação... e Diretas... e a emenda que me parece era do Deputado Maurício (Fruit?) que previa o direito do povo de Brasília de escolher os seus representantes à Assembléia Nacional Constituinte. Então foi uma luta em que finalmente as Diretas foram ganhando espaço, a imprensa não tinha mais como ocultar, pela censura, as mobilizações que havia, milhões, centenas de milhares, eu diria, em São Paulo, Rio de Janeiro. Em Brasília não há como esquecer a manifestação que tivemos na Associação Comercial que foi reprimida, que foi proibida, enfim, e quando das eleições diretas não há como deixar de lembrar também, evocar a memória do General Nilton Cruz com seu cavalo, passeando pela Esplanada, enfim... P/1 - _____? R - Verdade. Então frustrou-se o movimento pelas Diretas e nós defendíamos contrariamente: o PT já participava do parlamento, nós continuávamos clandestinos, e a nossa posição era de que deveríamos ir ao colégio eleitoral para dar mais um passo em direção ao desmantelamento da ditadura. E assim Tancredo Neves se elegeu com compromisso e toda discussão sobre o colégio eleitoral era de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, e o compromisso com o direito do povo de Brasília de eleger os seus representantes à Constituinte. Lá na Constituinte a nossa luta... eu tive orgulho de ser integrante da primeira bancada de parlamentares eleitos pelo povo de Brasília, ali foi a nossa luta para esculpir na Constituição da República, né, o direito à eleger os nossos governantes. Na sequência, os representantes do poder local, os deputados distritais. P/1 – Ok. Essa bancada que participou da feitura da Constituição, ela já tinha esse acordo interno orgânico de propugnar pela autonomia? R – Sim, a luta, ninguém poderia imaginar ser eleito em Brasília sem esse compromisso, né? P/1 – E como é que o movimento sindical se acopla a esse trabalho parlamentar? Quer dizer, havia uma... R – Veja, eu me lembro do programa da minha primeira chapa que eu defendi em 1974 no sindicato dos bancários, e entre as reivindicações de caráter econômico, a questão da reivindicação da jornada de trabalho, hora extra, as reivindicações específicas, já naquela ocasião nós replicávamos as bandeiras, as palavras de ordem do nosso partido: luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, luta pela redemocratização. Enfim, a luta da Assembléia Nacional Constituinte pela Anistia era outra bandeira, duas que a gente sempre colocava. E a partir do momento que em 1974 a gente já colocava essas propostas para o debate, para politizar o movimento, em 1980 com o movimento de oposição também no Brasil se fortalecendo, não tinha como não... chapas de oposição sindicais que foram sendo vitoriosas quase todas colocavam seu compromisso de luta pela Assembléia Nacional Constituinte e pela Anistia. Em 1980 quando ganhei as eleições, presidente que fui eleito, nós passamos então a articular a frente sindical, lutando e já participando com a representação do sindicato dos bancários no Comitê pelo Voto. Enfim, as lutas passaram a ser imbricadas, as questões, a luta contra o arrocho salarial que a gente denunciava que a ditadura praticava, a luta política em defesa das liberdades democráticas. P/1 – E esse momento da conquista da autonomia, isto é, quando a Constituinte aprova a representação e a eleição para Brasília, o que, qual foi, não havia nada... não havia sequer tradição de voto no Distrito Federal. Qual foi o passo seguinte? R – A nossa tradição era, como falei, a nossa ida aos nossos municípios de origem para participar das campanhas eleitorais. Então nós tínhamos os núcleos de jovens. Minas Gerais, por exemplo, tínhamos Pato de Minas muito... um núcleo de militantes muito aguerrido, vamos dizer, e outras cidades de Minas Gerais. Enfim, os cariocas eram muito organizados também em Brasília,

quando iam, dezenas de ônibus que iam com os jovens para participar do processo eleitoral. Enfim, foi uma conquista muito bonita, porque no primeiro momento não tínhamos, os grandes empresários da cidade não participavam desse movimento. Foi um pouco, assim, muita ousadia, muita luta da juventude, eu diria, e que foi empolgando gradativamente toda a sociedade do Distrito Federal. A primeira eleição é quando veio a decisão, antes da Assembléia Nacional Constituinte. Claro que teve que ser aprovada uma Emenda Constitucional que dava o direito ao povo do Distrito Federal de eleger três senadores e oito deputados. É claro que quando conseguimos a aprovação então tínhamos o movimento sindical, as convocações de todas as entidades para participar das galerias da Câmara, depois do Senado, para pressionar, para falar com os parlamentares até que conseguimos essa vitória, essa primeira vitória preparatória à Assembléia Nacional Constituinte. Depois veio o processo de debate, de discussão e de mobilização que se continuou intensa até que a Constituinte ela própria decidiu conferir ao povo de Brasília o direito de eleger democraticamente os nossos governantes. P/1 – E como é que foi essa primeira campanha em 1990? Como é que ela era? R – 1985, aliás, 1986, que nosso mandato iniciou em 1987. P/1 – Não, não, _____. Aí depois para autonomia política propriamente dita? R - A primeira campanha, a gente via os governadores biônicos como chamávamos, primeiro o Zé Aparecido que já no governo civil de Tancredo Neves ou de Sarney que assumiu. O governo Zé Aparecido, não há como esquecer a fase de transição que ele preparou. Ele era Governador de Brasília quando eu me elegi pela primeira vez em 1986. Depois do Zé Aparecido, nós tivemos o Roriz, na primeira fase dele de indicado pelo Presidente Sarney, que... em 1990 tivemos, portanto, a primeira eleição democrática de Brasília que veio a eleger o próprio Joaquim Roriz. P/1 – E a representação parlamentar eleita naquela época, distrital. Como é que era a qualidade dessa representação? R – Acho que saiu bem aos moldes da luta, bastante a bancada da esquerda e, vamos dizer, mais moderna, acho que era bem representativa e enfim, o povo vai escolhendo. Todos falam, é uma frase conhecida: “O parlamento é o espelho da sociedade.” Claro que tivemos os vários exemplos aí de senador cassado, deputado cassado aqui na Câmara Legislativa, enfim, a sociedade foi se desenvolvendo, foi se misturando. Enfim, a população de Brasília cresceu bastante, toda uma política, na minha opinião, irresponsável de atração de milhares de pessoas, talvez milhões que eram para ter quinhentos mil habitantes em Brasília, hoje nós somos mais de dois milhões e quatrocentos. P/1 – Isso acabou impactando ... R – Certamente o perfil do eleitor vai se modificando, mas eu acho que foi um grande passo dado, e hoje nós todos somos os responsáveis tanto pela representação do Distrito Federal no parlamento brasileiro quanto no nosso legislativo local. E somos responsáveis pelo nosso destino, então cada um tem que assumir a sua consciência e o seu papel no aprimoramento das nossas instituições da sociedade democrática. P/1 – De todo modo, embora seja muito saudável a existência dessa representação os problemas se avolumaram, quer dizer, a sociedade tornou-se mais complexa, a vida urbana tornou-se mais complexa. Como é que essa representação está hoje respondendo a esses desafios enormes? R - Há momento assim de... isso não apenas com relação ao nosso legislativo local, mas no parlamento brasileiro há momento de intensa insatisfação do nosso povo com as instituições da democracia. E a gente tem sempre de lembrar: pior do que a democracia, que permite que alguns mal representantes sejam investidos de mandato, pior do que a democracia é a ditadura, que quando ela está na sua fase mais dura de repressão... a velha frase do Bertold Brecht: Primeiro são os comunistas, depois são os judeus, as minorias, até que algum dia alguém chegue na porta da sua casa e arranca a sua rosa, o seu jardim, ataca o seu jardim. Enfim e aí as pessoas pensam que não tem nada a ver com isso, então acho que é um processo, acho que a história não volta para trás, claro que tem ciclos, tem momentos de refluxo como eu dizia, mas o aprimoramento das instituições da sociedade democrática já é uma experiência que nós temos hoje, resgatada a democracia no Brasil, já há mais de 20 anos que passamos essa fase que eu espero que nunca mais retomemos. P/1 – Perfeito. E hoje, assim, a sua cidade, a cidade que você escolheu para viver, quais são os grandes desafios de Brasília e do Distrito Federal? O que tem que ser resolvido imediatamente, o que o movimento organizado da sua cidade tem que prestar atenção no sentido de ultrapassar alguns obstáculos que ainda estão bastante presentes na vida aí cotidiana? R - Acho que Brasília, uma cidade jovem, nem 50 anos tem, padece hoje dos problemas das grandes metrópoles do Brasil. As desigualdades sociais profundas convivem aqui no Distrito Federal, as faixas mais abastadas de renda com as camadas muito humildes, muito desprovidas nos mínimos, equipamentos públicos. Enfim, acho que nós temos particularmente uma situação que agrava essa realidade que é a falta de integração de políticas públicas entre os três entes: governo de Brasília, governo de Goiás e União, Governo Federal. Não dá quando o governo, quando o povo brasileiro decidiu mudar a capital da República para o interior, aqui no caso no Estado de Goiás onde Brasília foi erigida, essa decisão tem que ser correspondida ou acompanhada de políticas públicas que não deixem que nós tenhamos o crescimento desordenado como aconteceu nas últimas décadas. Na questão da saúde, que me toca muito particularmente, você não pode permitir... eu lembro sempre, Patos de Minas demorou cem anos para ter cem mil habitantes. Então a cidade foi crescendo num processo de fortalecimento dos seus equipamentos públicos, rede de escola, rede de hospital, enfim, saneamento básico. Nós temos hoje Águas Lindas de Goiás com mais de 200 mil habitantes. Há dez anos atrás chamava-se Parque da Barragem, era um arriazinho com cinco mil habitantes. Então hoje é um aglomerado de 200 mil pessoas sem saneamento básico, sem estruturas mínimas, de saúde pública. E o que acontece? Tal como Águas Lindas, como Pedregal, enfim, a saída sul, do Distrito Federal cercado que está nos seus limites por populações que são atraídas, em razão da capital da república ser aqui em Brasília. O que acontece? As pessoas vêm não tendo saúde nas suas cidades, porque foram décadas de irresponsabilidade, eu diria, as pessoas vêm para o Distrito Federal... Então aquela rede que nós tínhamos, que era razoável, que era de boa qualidade, ela não comporta mais nem a pressão da população do Distrito Federal que não teve o acompanhamento compatível da expansão da rede física, do contingente de profissionais para atender, como principalmente em razão da pressão que vem, sobre os equipamentos para uso das populações fronteiriças que moram nessas cidades vizinhas. Então é preciso que esta questão seja equacionada. Isso vale para saúde, vale para geração de emprego e renda, vale para segurança pública. Então o grande desafio que Brasília como capital do país tem é a integração dessas instâncias de poder: governo federal, governo de Goiás que nos rodeia, e o governo do Distrito Federal que não pode bancar sozinho tanto tempo de omissão e de irresponsabilidade que foram a marca deste período. P/1 – Exatamente. Eu queria insistir nesse assunto, mas como não vai dar tempo da sua resposta, vamos apenas trocar a fita para que a gente não quebre. (Troca de Fita) P/1 – Eu queria que, por favor, você refletisse sobre essa questão que você acaba de mencionar. Isto é, falta essa articulação de políticas públicas e o que impede que essa articulação exista? E por que que esses problemas já não foram equacionados à luz desse novo conjunto de providências que poderiam ser tomadas se esses três entes que você se referiu estivessem de fato articulados para enfrentá-los? R – Veja, o fato de termos uma região metropolitana que, na verdade, hoje são áreas conurbadas, são áreas que praticamente se unem, independentemente dos limites geográficos, das fronteiras estabelecidas que é um rio, é algum acidente geográfico que divide um município do outro dentro de um mesmo estado. O que acontece no caso da região metropolitana de Brasília é que nós temos o Estado, o Distrito Federal que se conurba, que se unifica, com cidades que estão no Estado de Goiás, ou seja, uma outra unidade da Federação. Isso gerou um certo comodismo dos governos de Goiás e prefeitos dessas cidades que não tinham uma preocupação de investir em saúde, de investir em educação porque era mais fácil ter uma ambulância e as campanhas de muitas prefeituras dessas regiões sempre foram, tiveram como peças importantes a compra de ambulâncias para despejar os pacientes, no caso da saúde, aqui no Distrito Federal. A mídia aqui é farta desses exemplos todos. A

crônica diária é permanente, de até ônibus que são fretados para trazer pacientes não apenas de cidades vizinhas ao Distrito Federal, mas inclusive de áreas remotas de outros estados. Então eu já no meu terceiro mandato lá atrás de deputado federal... eu era deputado e na ocasião era Senador da República o senhor José Roberto Arruda. Eu tentei antes, por muito tempo, uma luta solitária para criar a região metropolitana de Brasília. Perdi, enfim, aí fizemos uma modificação do nome, do conceito, para criarmos a chamada RIDE, Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, que previa exatamente essa unificação de políticas públicas, integração de ações governamentais do Governo Federal e dos estados, já que Minas Gerais tem apenas três cidades que participam dessa chamada RIDE. Então a RIDE já é um instrumento, já existe em termos institucionais, mas que demorou muito tempo para virar realidade. Hoje, felizmente, já temos uma presença ou uma materialização de políticas públicas através desse instrumento, a RIDE, pela primeira vez eu acho que de modo mais concreto. Eu inclusive participei já de algumas reuniões com o próprio Ministro da Saúde, com o Governador de Brasília e o governo de Goiás, o Governador de Goiás. Agora a coincidência, os autores da lei da RIDE, Arruda e eu, modesta parte, nós lá atrás propusemos, era um instrumento vazio durante muito tempo e agora temos a chance de fazê-lo tomar vida, tomar corpo. E é o que está acontecendo quando o Ministro Temporão também percebeu a importância de termos essa integração. Então temos agora feito uma série de movimentos dando concretude, vamos dizer, a essas questões que na saúde acontecem, na área de geração de emprego e renda acontecem no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e do Ministério da Integração. Naturalmente penso que em outras áreas de cooperação... a questão da própria força nacional quando estive aqui no Distrito Federal para acudir uma situação emergencial de violência que graçava nas cidades aqui, Luiziane, Val Paraíso, enfim. Então eu acho que esse é o caminho, o aprofundamento das relações de parceria, entre essas instituições, entre os estados de Goiás, Minas Gerais e Brasília com o governo federal para que Brasília ou essa região não seja a repetição, das mazelas que nós vimos que hoje são caracterizadas da chamada Baixada Fluminense. Milhões de pessoas aglomeradas sem essas estruturas mínimas, de crescimento, de planejamento de crescimento da atividade urbana e, principalmente, sem nada que possibilite ou preveja um desenvolvimento sustentável. Acho que temos de encontrar a vocação econômica, acho que o turismo, o emprego inteligente que Brasília hoje cedia, enfim, nós temos que descobrir a vocação econômica, intensificar cada vez mais políticas públicas que fortaleçam essa tendência ou essa possibilidade de desenvolvimento sustentável não apenas para o Distrito Federal, porque não adianta termos aqui se não tivermos nessa região que faz limite com a capital da república. P/1 – Exatamente. Tem a ver inclusive com o exercício da cidadania, políticas públicas que permitam com que a sociedade pelo menos tenha além do desenvolvimento sustentável a sua capacidade de exercício da cidadania. R – Sem dúvida. E o povo é sábio, quanto mais ele tem informação, quanto mais ele tem acesso às informações mais ele se torna exigente. Se antes não tinha tratamento de saúde na sua cidade, ele vem para o Distrito Federal pressionar os equipamentos públicos que, por sua vez, exigem respostas dos gestores no sentido de dar qualidade a esse atendimento e cumprir os preceitos constitucionais que nós formulamos lá em 1988. P/1 – Eu não vou lhe pedir nenhum exercício de futurologia, mas qual o futuro que está apontado para cidade de Brasília e Distrito Federal? Que futuro é esse que está aí desenhado no horizonte? R – Eu acho que nós temos tudo para ser um país, o Brasil, um país, enfim, que seja exemplo para o mundo, de tolerância, de compromisso com a paz mundial, com a busca de fontes de energia renováveis. Temos a felicidade de termos um solo e condições climáticas, enfim, muito vantajosas em relação às dificuldades que outros países têm do ponto de vista dos recursos naturais. Precisamos apenas, na minha opinião, distribuir melhor o resultado desse desenvolvimento econômico, para que tenhamos um povo feliz, com o seu destino. Para que os nossos filhos possam ter um futuro ou uma vida mais digna, menos marcada pela violência urbana, enfim. Então o grande desafio do Brasil é isso, é partilhar de maneira mais justa os frutos do progresso e isso passa pelo fortalecimento de políticas públicas de saúde, de educação, de geração de emprego e renda e Brasília parte desse processo todo. Eu espero que os nossos dirigentes de agora, que integram o núcleo de governo desse momento, que tenham essa responsabilidade, que tenham esse compromisso de combate à ilegalidade, de apostar no futuro, para que haja um ordenamento nesse crescimento, que busca resgatar a dívida social contraída durante tanto tempo, com principalmente as camadas mais humildes do nosso povo. E eu sou um otimista inveterado. Acho que como nós conquistamos a democracia e o direito de eleger os nossos representantes no parlamento e no executivo, em todos os níveis, nós temos agora a responsabilidade de termos dirigentes à altura dos desafios que nós temos pela frente com esses compromissos de termos uma capital que seja orgulho não apenas do povo do distrito federal, de Brasília, mas do povo brasileiro. P/1 – Perfeito. Como é que você avalia esse esforço de recuperação da história da conquista da autonomia política de Brasília? R – Acho que é importante para as gerações que virão depois de nós principalmente, que as histórias muitas vezes acontecem de maneira fragmentária, os fatos que levaram para que ocorresse determinadas soluções, determinadas decisões, muitas vezes até mesmo em razão do período que nós atravessamos de limitação profunda e forte do pensamento, da informação, os fatos não aconteceram isoladamente sem o encadeamento com o processo histórico. Então, especialmente tendo em conta esse período difícil que o povo brasileiro atravessou, é importante resgatar essa fase da história brasileira, da história do Distrito Federal, para que inclusive possamos aprender e os que virão depois de nós possam aprender com os erros para que eles não sejam cometidos novamente. P/1 – O que lhe pareceu ter prestado esse depoimento, ter dado essa entrevista para nós? R – Fico agradecido de ter sido convidado como modesto participante desse processo. P/1 – Nem tão modesto assim, um bom participante desse processo. R – [risos] P/1 – Nós te agradecemos muito em nome do Museu da Pessoa, da Abravideo e da Fundação Banco do Brasil por essa elucidativa entrevista. Muito obrigado, um bom dia. R – Obrigado. --- FIM DA ENTREVISTA ---